

ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI - SP.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03 /2024

EDITAL Nº 017 /2024

A.R DE CAMPOS LTDA, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.406.547/0001-30, com sede à Avenida Cassiano Ricardo, n.º 601, sala 161 e 163, Parque Residencial Aquarius, São José dos Campos/SP, CEP: 12246-870, representada neste ato por seu advogado, que esta subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, conforme preceitua o Artigo 165, Inciso I, da Lei 14.133/21, apresentar

RECURSO

contra a decisão do Ilmo. Sr. Pregoeiro, que declarou a empresa **VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO ME** vencedora do Pregão Eletrônico em apreço, o que faz de acordo com as razões a seguir expostas:

I. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

Em primeiro lugar, cumpre demonstrar a tempestividade da presente, tendo em conta que o art. 165, da Lei Nº 14.133/2021 prevê a possibilidade de interposição de recursos contra as decisões do pregoeiro no prazo de 3 (três) dias úteis, em relação à habilitação ou inabilitação do licitante.

Logo, tendo em conta que a Recorrente tomou ciência do resultado em 14/05/2021, temos que o presente recurso mostra-se tempestivo.

II. SÍNTESE DO RECURSO ADMINISTRATIVO.

Trata-se de certame deflagrado pela **Prefeitura Municipal de Birigui**, com a finalidade de Contratação de empresa especializada para obra de execução de trecho de emissário dos baixotes - 4ª etapa-Birigui-SP, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme memorial descritivo, memória de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiros e projetos fornecidos pela Secretaria de Meio Ambiente, conforme consta na descrição do item 1.1, do edital.

Assim, como a empresa Recorrente (**A R DE CAMPOS LTDA**) é especializada no ramo do objeto em licitação, reuniu sua documentação e proposta, seguindo todas as exigências determinadas no ato de convocação.

Também interessada no certame, compareceu a empresa **VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO ME**, além de outras.

Na etapa competitiva do referido pregão, restou classificada a licitante **VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO ME**.

Na fase de habilitação, o Ilmo. Pregoeiro optou por declarar vencedora do pregão a empresa **Vinicius Nogueira Fabricio ME**, decisão contra a qual a recorrente manifestou tempestivamente intenção de recorrer às 08h51 do dia 14/05/2024, conforme ata de Licitação.

Conforme será demonstrado a seguir, a r. decisão recorrida deve ser reavaliada pela autoridade julgadora, uma vez que a licitante **Vinicius Nogueira Fabricio ME** apresentou documentos de habilitação jurídica e comprovante de vínculo com profissional responsável técnico pela obra em desacordo com as exigências do edital.

Desta forma, resumidos os pontos centrais da questão, a **AR DE CAMPOS LTDA** passa a manifestar as razões da procedência do presente recurso administrativo.

III. DAS RAZÕES QUE JUSTIFICAM A INABILITAÇÃO DA EMPRESA VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO ME.

II. 1. VIOLAÇÃO AOS ITENS 4, 10.7.2.1 E 10.7.2.2 DO EDITAL E APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DE EMPRESARIO (ITEM 10.7.1.1) COM OBETIVO SOCIAL DIVERGENTES COM AS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO LICITADO.

Como condição para participação de procedimentos licitatórios consta no art. 66 da Lei 14.233/21 nos termos abaixo transcritos:

Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

Na esteira da determinação legal, o ato convocatório da licitação em apreço estabeleceu a necessidade de tal comprovação nos itens 10.7.1, 10.7.2.1, 10.7.2.2 e 10.7.4 do Edital abaixo transcritos:

10.7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.7.1.1. No caso de Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio (<https://www.portaldoempreendedor.gov.br>);

10.7.1.3. No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.7.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.7.1.5. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.7.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.7.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.7.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.7.2.1. CNPJ – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

10.7.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

Além disso, dispõe o item 4 do Edital:

4. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA

4.1. Poderão participar desta Concorrência, interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Portal de Compras Públicas e nos termos do item anterior.

4.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

4.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

Analisando-se o CNAE da vencedora é nítido que a licitante VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO ME, não possui qualquer qualificação para atividade relacionada ao objeto do Edital, principalmente no que se refere ao Projeto de Saneamento Básico.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 16.605.981/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 26/07/2012
NOME EMPRESARIAL VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LIVIRE ENGENHARIA			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.99-1-01 - Administração de obras 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 43.99-1-03 - Obras de alvenaria			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R PRUDENTE DE MORAIS	NÚMERO 819	COMPLEMENTO SALA 07	
CEP 19.020-370	BAIRRO/DISTRITO VILA MARISTELA	MUNICÍPIO PRESIDENTE PRUDENTE	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@LIVIRE.COM.BR		TELEFONE (18) 4101-8020	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/05/2019
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.			
Emitido no dia 29/04/2024 às 20:12:39 (data e hora de Brasília).			
Página: 1/1			

(Cartão CNPJ da Vinicius Nogueira Fabricio ME)

CÓDIGO DE ATIVIDADE		DESCRIÇÃO DO OBJETO	
Atividade Principal 4120400		CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFÍCIOS DE QUALQUER NATUREZA, CONSTRUÇÃO DE OBRAS VIÁRIAS, INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E ELÉTRICA, E OBRAS DE ACABAMENTO DE ALVENARIA	
Atividade(s) Secundária(s) 4399101 4211101 4399103			
DATA DO INÍCIO DAS ATIVIDADES 25/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU FILIAL DE OUTRA UF	UF
ASSINATURA DA FIRMADA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante legal em caso de sociedade)		DEPENDÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL Não	
VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO			
DATA DA ASSINATURA 25/07/2012	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO (ou pelo representante legal em caso de sociedade) VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO (Empresário)		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO			



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO
3512816746-6

REPRESENTANTE LEGAL
VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO
DIRETOR PRESIDENTE

SECRETARIA GERAL

UNIDADE: (00000000) 000000

3512816746-6

JUCESP

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
26 JUL 2012

CONTROLE INTERNET
010523669-1

Página 1 de 1

(Consulta ao Requerimento de empresário individual cadastrado na JUCESP da Vinicius Nogueira Fabricio ME)

Informações Complementares	
Situação Cadastral: Ativo	Data da Situação Cadastral: 19/07/2019
Ocorrência Fiscal: Ativa	Posto Fiscal: PF-10 - PRESIDENTE PRUDENTE
Regime de Apuração: SIMPLES NACIONAL	
Atividades Econômicas:	Construção de edifícios Construção de rodovias e ferrovias Administração de obras Obras de alvenaria

(Consulta Pública ao cadastro ICMS SP da Vinicius Nogueira Fabricio ME)

Por outro lado, identifica-se que o Principal CNAE da RECORRENTE A. R. DE CAMPOS LTDA, qual seja, 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação, abrange totalmente ao objeto do Edital e o Projeto de Saneamento Básico do Município de Birigui sendo a referida empresa habilitada.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.406.547/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/05/2005
NOME EMPRESARIAL A R DE CAMPOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INFRACAN		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.20-4-00 - Construção de edifícios 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos 42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.21-9-01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica 42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica 42.21-9-04 - Construção de estações e redes de telecomunicações 42.22-7-02 - Obras de irrigação 42.23-5-00 - Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto 42.91-0-00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas 42.92-8-02 - Obras de montagem industrial 42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente 43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas 43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno 43.12-6-00 - Perfurações e sondagens 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV CASSIANO RICARDO	NÚMERO 601	COMPLEMENTO SALA 161 E 163
CEP 12.246-870	BAIRRO/DISTRITO PARQUE RESIDENCIAL AQUARIUS	MUNICÍPIO SAO JOSE DOS CAMPOS
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@INFRACAN.COM.BR		TELEFONE (12) 3938-9990
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		

(Cartão CNPJ da A R De Campos Ltda)

A R DE CAMPOS LTDA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO EM SOCIEDADE LIMITADA

Consolida uma sociedade empresária limitada regida pelas cláusulas e condições seguintes e, nas omissões, pela legislação específica que disciplina essa forma societária, a saber:

CLÁUSULA 1ª – A sociedade atuará sob a denominação social de **A R DE CAMPOS LTDA**, e terá sua sede na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 601, salas 161 e 163, Parque Residencial Aquarius, CEP: 12.246-870.

Parágrafo único: Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá abrir filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional, a critério da sócia.

CLÁUSULA 2ª – A sociedade terá por objetivo social: Construção de edifícios, construção de rodovias e ferrovias, pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos, construção de obras de arte especiais, obras de urbanização de ruas, praças e calçadas, construção de barragens e represas para geração de energia elétrica, manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, construção de estações e redes de telecomunicações, construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação, obras de irrigação, construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto, obras portuárias, marítimas e fluviais, montagem de estruturas metálicas, obras de montagem industrial, construção de instalações esportivas e recreativas, obras de engenharia civil, demolição de edifícios e outras estruturas, preparação de canteiro e limpeza de terreno, perfurações e sondagens, obras de terraplenagem e serviços de preparação do terreno.

(Do contrato social da A R De Campos Ltda)

Informações Complementares	
Situação Cadastral: Ativo	Data da Situação Cadastral: 10/11/2021
Ocorrência Fiscal: Ativa	Posto Fiscal: PF-10 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Regime de Apuração: NORMAL - REGIME PERIÓDICO DE APURAÇÃO	
	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
	Construção de edifícios
	Construção de rodovias e ferrovias
	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
	Construção de obras de arte especiais
	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica
	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
	Construção de estações e redes de telecomunicações
	Obras de irrigação
Atividades Econômicas:	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto
	Obras portuárias, marítimas e fluviais
	Montagem de estruturas metálicas
	Obras de montagem industrial
	Construção de instalações esportivas e recreativas
	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
	Demolição de edifícios e outras estruturas
	Preparação de canteiro e limpeza de terreno
	Perfurações e sondagens
	Obras de terraplenagem
	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente

(Consulta Pública ao cadastro ICMS SP da A R De Campos Ltda)

Todos os CNAE'S que estão contemplados no cartão de CNPJ, Requerimento de empresário individual e Cadastro no ICMS SP da empresa **VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO ME** não possui semelhança com o objeto da licitação, logo, **não são compatíveis com o OBJETO PRINCIPAL DA LICITAÇÃO.**

Na tentativa de preencher os requisitos de habilitação estabelecidos no edital, a licitante VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO ME não se presta à comprovação de aptidão e ramo comercial compatível nos termos expostos no edital, da presente concorrência e na legislação vigente, pois suas atividades não espelha objeto com características similares da concorrência em apreço; razão pela qual deve ser a licitante recorrida inabilitada.

Isto ponderado, tem-se que o Tribunal de Contas da União já lavrou o Acórdão 642/2014-Plenário, enunciando que é imprescindível a semelhança entre o objeto social e objeto licitado, conforme abaixo transcrito:

Para fins de habilitação jurídica nas licitações, faz-se necessária a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social das empresas licitantes.

Neste ponto, importante esclarecer que a existência do requisito acima descrito não configura caráter restritivo à competitividade do certame, mas apenas traduz a necessidade de que a licitante interessada possua maestria na área de atuação exigida pelo edital, formalismo este imprescindível a evitar eventual prejuízo à Administração Pública e à coletividade.

In casu, a licitante VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO não possui nenhum dos CNAE'S aptos para atendimento do objeto ora licitado, em especial de atividades relacionadas redes de abastecimento de água, coleta de esgoto.

Portanto, ao permitir que a empresa VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO participasse do certame vindo a ser declarada vencedora esta Comissão Julgadora fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, padecendo de legalidade a decisão do pregoeiro.

Por todo o exposto, temos que a exigência em comento está prevista no art. 66 e art. 68 da Lei 14.133/21 e que regulam a habilitação jurídica e habilitação fiscal, ou, requisito para contratação, devendo, portanto, ser rechaçada a habilitação da participante **VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO ME, POIS NÃO POSSUI OBJETO E ATIVIDADE EM SEU CONTRATO SOCIAL, INSCRIÇÃO NO CNPJ E CADASTRO NO ICMS-SP SEMELHANDO AO OBJETO DA LICITAÇÃO, O QUE CONFIGURA INAPTIDÃO DA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONCORRÊNCIA.**

IV. DA IRREGULARIDADE PERANTE O CREA - SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

Nobres julgadores, além da questão envolvendo o CNAE, constatamos também que o licitante VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO descumpre a legislação em relação a remuneração do profissional de engenharia, conforme veremos.

Regulamentado pela Lei Federal nº 4.950-A¹, o Salário Mínimo Profissional é a remuneração mínima obrigatória devida por serviços prestados pelos profissionais diplomados com relação a empregos, cargos, funções, atividades e tarefas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, in verbis:

Art . 1º O salário-mínimo dos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária é o fixado pela presente Lei.

Art . 2º O salário-mínimo fixado pela presente Lei é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais definidos no art. 1º, com relação de emprêgo ou função, qualquer que seja a fonte pagadora.

Porém, vejamos o contrato apresentado pelo Licitante:

¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4950a.htm

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO ME, empresa de direito privado inscrito sob CNPJ 16.605.981/0001-30, com endereço a Rua Prudente de Moraes, nº 819, SL. 7, Jd. Aviação, no Município de Presidente Prudente/SP.

CONTRATADO NILSON SEBASTIAO NOGUEIRA FABRICIO, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito sob CPF 539.293.909-06 e RG 3465999-0, registro CREA 506117524-1, residente e domiciliado a Rua Francisco Carlos de Oliveira, nº 74, Jardim Maracanã no Município de Presidente Prudente/SP.

1. DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA efetuará as seguintes prestações de serviços, projetos, acompanhamentos De obras e responsabilidade técnica.

1.1 DOS PAGAMENTOS

A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais), será efetuado de forma mensal valor este pago todo 10 (décimo) dia do mês.

1.2 CARGA HORÁRIA

A carga Horária será de 12 (doze) horas semanais.

1.3 PRAZO CONTRATUAL

O contrato terá prazo indeterminado, com validade a partir da data de assinatura do mesmo.

Agora, vejamos a tabela abaixo sobre a remuneração dos profissionais, conforme orientação da área jurídica do Crea-SP, utilizando as siglas SMP - Salário Mínimo Profissional (estabelecido na lei 4950-A), e SMV - Salário Mínimo Vigente (salário mínimo permitido no Brasil)²:

² <https://www.creasp.org.br/salario-minimo-profissional/>

Salário Mínimo Profissional



Regulamentado pela Lei Federal nº 4950-A, o Salário Mínimo Profissional é a remuneração mínima obrigatória devida por serviços prestados pelos profissionais diplomados com relação a empregos, cargos, funções, atividades e tarefas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Cabe ao Crea-SP a fiscalização do cumprimento do Salário Mínimo Profissional nas pessoas jurídicas situadas no Estado de SP, nos termos da Resolução 397/95 do Confea. Saiba mais sobre a legislação que regulamenta o Salário Mínimo Profissional.

Os profissionais podem realizar denúncias ao Crea-SP caso a empresa onde trabalham como empregados não cumprirem o Salário Mínimo Profissional, acessando o link <https://www.creasp.org.br/denuncia/>.

Veja na tabela abaixo a remuneração aos profissionais, conforme orientação da área jurídica do Crea-SP, utilizando as siglas SMP – Salário Mínimo Profissional (estabelecido na lei 4950-A), e SMV – Salário Mínimo Vigente (salário mínimo permitido no Brasil):

NÍVEL SUPERIOR

Diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Arquitetura, de Agronomia, de Geologia, de Geografia, de Meteorologia e afins com curso universitário de 04 (quatro) anos ou mais.

Dedicação diária:

- 6 horas = 6,00 salários mínimos.
- 7 horas = 7,25 salários mínimos.
- 8 horas = 8,50 salários mínimos.

NÍVEL SUPERIOR

Diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Arquitetura, de Agronomia, de Geologia, de Geografia, de Meteorologia e afins, com curso universitário de menos de 04 (quatro) anos.

Dedicação diária:

- 6h = 5,00 salários mínimos.
- 7h = 6,04 salários mínimos.
- 8h = 7,08 salários mínimos.

Portanto, é nítido que a empresa licitante VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO vencedora do certame, não cumpri os requisitos mínimos previstos na legislação, principalmente previstos em nossa Constituição Federal.³

V. DO PEDIDO

Ante todo o exposto, requer a Vossas Senhorias seja o presente recurso conhecido e provido, **sendo reformada** a decisão que declarou a empresa **VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO ME** vencedora do certame, diante do objeto licitatório está totalmente em descompasso com o CNAE apresentado pela licitante, o que afronta o determinado no Edital Licitatório 4, 10.7.2.1, 10.7.2.2 e a Lei 14.133/21 art 66 e art 68, bem como o descumprimento da legislação sobre o salário mínimo profissional.

³ Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

Nestes termos,
Pede deferimento.
São Paulo, 17 de maio de 2024.

A.R DE CAMPOS LTDA

CNPJ/MF sob o nº 07.406.547/0001-30